

A política estadunidense de não proliferação nuclear e o governo Geisel: as origens do programa nuclear paralelo

Edson Perosa Junior

Edson Perosa Junior

é doutorando em História Social na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

E-mail: perosaperosa@hotmail.com

Resumo

O presente artigo trata da reação do governo Geisel à política de não proliferação nuclear do governo estadunidense de Gerald Ford (1974-1977). O governo Ford se viu forçado, devido à mudança da conjuntura internacional (primeiro choque do petróleo e teste nuclear indiano de 1974) e à pressão interna que enfrentava (do Congresso e da sociedade civil), a modificar a política de não proliferação dos Estados Unidos de uma posição mais branda para uma postura de enfrentamento e atrito. Essa mudança de postura afetou as relações com o Brasil, pois a Ditadura Militar brasileira encarava essa nova postura como uma ingerência estadunidense. Além do mais, essa mudança de posicionamento dos Estados Unidos veio em um momento delicado, quando o Brasil havia assinado um acordo de cooperação nuclear com a Alemanha Ocidental em 1975. O governo Ford demonstrou suas suspeitas em torno desse acordo, pois poderia representar um risco de proliferação nuclear já que o Brasil teria acesso à tecnologia nuclear de ponta, embora ainda experimental. Primeiramente far-se-á uma digressão sobre as origens do programa nuclear brasileiro e a conjuntura política no Brasil durante aquele período. Subsequentemente, utilizando-se de fontes (principalmente diplomáticas) de arquivos estadunidenses e brasileiros espera-se reconstruir as relações de Brasil e Estados Unidos durante aquele período e evidenciar a mudança de postura dos Estados Unidos e identificar qual foi a reação brasileira. Por fim, conclui-se que essa mudança de direção da política de não proliferação nuclear do governo Ford antecipou algumas das características que seriam observadas no seu sucessor Jimmy Carter, cuja política de não proliferação foi fator de atrito e afastamento entre Brasil e Estados Unidos – de forma mais acentuada do que havia sido no governo Ford. Ademais, a política de não proliferação nuclear dos Estados Unidos naquele momento pode ter sido um fator preponderante para que o governo brasileiro decidisse em 1979 iniciar um programa nuclear paralelo, secreto e conduzido por militares.

Palavras-chave

Guerra Fria, Relações Norte-Sul, Ditadura Militar Brasileira, Henry Kissinger, Itamaraty.

Abstract

This article deals with the reaction of the Geisel administration to the nuclear non-proliferation policy of the Gerald Ford presidency (1974-1977). The Ford administration was forced, due to changes in the international conjuncture (first oil shock and Indian

A política estadunidense de não proliferação nuclear e o governo Geisel: as origens do programa nuclear paralelo

Edson Perosa Junior

nuclear test of 1974) and the internal pressure he faced (from the Congress and civil society), to revise the US non-proliferation policy from a lenient position towards a posture of confrontation and friction. This change of stance affected the relationship with Brazil, because the Brazilian Military Dictatorship considered this new posture as an American interference. Besides, this changing US position came at a delicate moment when Brazil had just signed a nuclear cooperation agreement with West Germany in 1975. The Government Ford showed his suspicions towards this deal, because it could represent a risk of nuclear proliferation since Brazil would have access to advanced nuclear technology, though still an experimental one. Firstly, there will be a digression on the origins of the Brazilian nuclear program and the political situation in Brazil during that period. Subsequently, using sources (chiefly diplomatic) of American and Brazilian archives we expected to track the relationship between Brazil and the United States during that period, demonstrating the changing attitude of the United States and identifying what was the Brazilian reaction to it. Finally, we conclude that the changing nuclear non-proliferation policy of the Ford administration anticipated some of the features that would be characteristic of its successor, Jimmy Carter, whose non-proliferation policy was a factor of friction and disagreement between Brazil and United States, more intense than had been during the Ford administration. Moreover, the US non-proliferation policy at that time may had been a preponderant factor for the Brazilian Government decision in 1979 to start a parallel and nuclear program conducted by the military.

Keywords

Cold War, North-South Relations, Brazilian Military Dictatorship, Henry Kissinger, Itamaraty.

O Brasil pós-guerra e as origens do programa nuclear brasileiro

Recentemente, o Brasil anunciou que irá construir um submarino de propulsão nuclear até 2023. Essa é uma antiga aspiração brasileira, julgando que o domínio do ciclo nuclear é fundamental. Da mesma maneira, em 2007 o governo brasileiro determinou a retomada da construção da usina nuclear de Angra III, paralisada desde 1986, e que deve entrar em operação em 2016. Essas ações marcam o renascimento do desenvolvimento nuclear brasileiro, que foi paralisado nos anos 1990. As raízes do programa nuclear brasileiro são, entretanto, mais antigas: desde os anos 1940 o país demonstrava interesse concreto na tecnologia nuclear e criou meios de tentar implementar essa tecnologia em solo nacional. Na busca por dominar a tecnologia nuclear, o primeiro passo deveria ser a construção de usinas nucleares. Diferentes governos brasileiros buscaram cooperação internacional para esse fim.

O presente artigo aborda o programa nuclear brasileiro, a política externa nacional e as relações bilaterais com os Estados Unidos. A pressão do governo estadunidense sobre o programa nuclear brasileiro e o acordo nuclear entre o Brasil e a Alemanha Ocidental são fundamentais para compreendermos o rumo que o programa nuclear brasileiro seguiu e, particularmente, a decisão de iniciar um programa nuclear paralelo sob tutela militar. A hipótese central é de que a guinada na política de não proliferação nuclear dos Estados Unidos após o teste nuclear indiano em 1974 influenciou na decisão brasileira de desenvolver um programa nuclear secreto.

A Universidade de São Paulo (USP) foi pioneira no Brasil na pesquisa sobre fissão nuclear nos anos 1930. Nos anos 1940 o Brasil assinou alguns contratos com os Estados Unidos para a transferência de tecnologia nuclear em troca de areia monazítica, que possui significativa quantidade de urânio e tório, responsável por sua radioatividade. O governo Vargas oscilou em sua Política Externa, ora cedendo aos interesses estadunidenses, ora assumindo uma postura mais independente; o ano de 1952 foi marcado por essas oscilações: o Brasil denunciou a remessa irregular de lucros para o exterior (medida que contrariava Washington) e assinou um acordo de cooperação militar com os EUA (TEIXEIRA DA SILVA; MUNHOZ, 2011: p. 219).

Foi nesse governo que o Brasil começou a desenvolver de forma mais consistente uma política nuclear. O Almirante Álvaro Alberto de Motta e Silva foi um dos primeiros propugnadores do programa nuclear brasileiro. O oficial da marinha afirmava que o Brasil dispunha de abundantes matérias-primas para o desenvolvimento de seu programa nuclear, como urânio e tório. Esse programa nuclear seria um meio de demonstrar o avanço tecnológico brasileiro aos países desenvolvidos. O desenvolvimento do setor nuclear deveria ter dois pilares para Álvaro Alberto: o monopólio estatal de tecnologias e recursos; e a exportação de minerais estratégicos (principalmente urânio e tório) apenas por meio de compensações específicas.

A recusa do governo estadunidense de cooperar com o programa nuclear brasileiro fez com que Álvaro Alberto defendesse que o Brasil deveria buscar outros parceiros internacionais que dispusessem de um setor nuclear avançado. Em 1953, encomendou três ultracentrifugadoras da Alemanha Ocidental, as quais não foram enviadas até 1956 devido à obstrução pelas autoridades militares estadunidenses em solo alemão (PATTI, 2012: p. 30-39). O suicídio de Vargas contribuiu para que o governo brasileiro abandonasse momentaneamente esses projetos mais ambiciosos no campo nuclear, enquanto o Presidente Café Filho não demonstrou o mesmo entusiasmo com o programa nuclear brasileiro.

A eleição de Juscelino Kubitschek em 1955 representava a continuidade do projeto nacional desenvolvimentista. Em agosto de 1955, o Presidente Kubitschek, em visita aos EUA, assinou um acordo para o uso pacífico da energia atômica, com o fornecimento de urânio enriquecido para a construção de reatores no Brasil (HIRST, 2009: p. 40). O Brasil buscava assim a cooperação com Washington para desenvolver seu programa nuclear.

No período de Jânio Quadros e Jango, a Política Externa brasileira ficou conhecida como Política Externa Independente (PEI). Essa política não foi um projeto preconcebido, mas um processo que se desenrolou até o golpe militar. Nesse período a Política Externa brasileira seria pautada pelo pragmatismo e pela pluralidade com que Brasília buscava estreitar relações com países até pouco tempo fora a órbita de interesses brasileiros, como a abertura das relações com países do bloco soviético. Durante a PEI o Brasil manteve uma política em favor da não proliferação nuclear (adotando a postura claramente contrária a experiências nucleares) e propondo uma Zona Livre de Armas Nucleares na América Latina, posição essa que se modificaria com o golpe de 1964 (CERVO; BUENO, 2010: p. 309-50).

O Brasil precisava de novos mercados, mesmo que esses se encontrassem em países do bloco comunista, esse senso pragmático guiou a PEI no sentido de melhor atender os interesses brasileiros; isso significava um maior distanciamento de Washington e menor comprometimento na estratégia de defesa estadunidense na Guerra Fria. O governo estadunidense acreditava que o Brasil estava caminhando para se tornar um satélite soviético na América Latina por não querer abandonar a PEI, que era vista negativamente pelos EUA. Os militares, apoiados por setores conservadores da sociedade civil, desfecharam um golpe contra o presidente Goulart em 30 de abril de 1964. O país entrava em um longo período ditatorial. Os EUA apoiaram ativamente o golpe militar e logo reconheceram o governo golpista.

Nos anos da PEI, ocorreram a crise de Berlim em 1961 e a crise dos mísseis em 1962, que abalaram as relações entre Estados Unidos e URSS, polarizando ainda mais o ambiente da Guerra Fria. O Tratado de Moscou de 1963, também conhecido como Tratado de Interdição Parcial de Testes Nucleares, visava proibir os testes nucleares na atmosfera, no espaço exterior e sob as águas. Justamente nesse período de tensões agravadas é que começou a se delinear a política da *Détente*. Esses são eventos importantes para compreendermos o contexto em que a PEI se desenrolava e porque foi alvo de críticas internas e externas.

Inicialmente, no governo Castelo Branco, o Brasil se alinhou com a Política Externa estadunidense, abandonando o pragmatismo da PEI. Assim, o golpe vai realinhar o Brasil com os EUA por um curto período de tempo, como a intervenção na República

Dominicana¹ demonstrou; todavia a médio e longo prazo o Brasil começou a se afastar novamente dos EUA e a seguir um caminho mais independente, recusando-se a apoiar a Guerra do Vietnã, por exemplo. As presidências dos generais subsequentes demonstrariam um gradual distanciamento dos Estados Unidos e a retomada de vários pressupostos da PEI, reformulados e adaptados ao discurso de um governo conservador e autoritário (DAVIS, 1996: p. 173-183).

Em 1967, o Brasil assinou o “Tratado para a Proscrição das Armas Nucleares na América Latina e no Caribe”, mais conhecido como Tratado de Tlatelolco (foi assinado em um distrito homônimo na Cidade do México). Ainda assim, o Brasil continuava a defender a nuclearização pacífica. Brasil e Argentina lançaram uma nota interpretativa do Artigo 18 do Tratado, pelo qual os países signatários poderiam praticar “explosões pacíficas”.

Na opinião do Chanceler Azeredo da Silveira² havia quatro categorias fundamentais de obrigações entre os países possuidores e não possuidores de armas nucleares: prosseguir com o objetivo de desarmamento e desnuclearização; a aceitação pelos países nucleares de um controle internacional sobre os armamentos; a provisão de garantias de que os países não possuidores de armas nucleares não seriam atacados por essas armas; e, por fim, a cooperação internacional para programas nucleares pacíficos.

Entretanto, a posição brasileira sobre o TNP foi diferente. O Tratado de Não Proliferação Nuclear foi assinado por 61 países em 1968 e entrou em vigor em 1970. O ano de 1967 foi dominado por um intenso debate interno se o Brasil deveria ou não aderir ao TNP. A escolha do governo brasileiro foi de não assinar o tratado; além do mais Brasília criticou o acordo. O Brasil, bem como outras nações contrárias, denunciava o TNP como dividindo o mundo entre as nações que detinham e as que não detinham armas nucleares. Brasília percebia o TNP como um tratado discriminatório e que reforçava o monopólio dessa tecnologia por alguns poucos países – o Brasil se recusou a assinar o TNP (BARRETO, 2006: p. 126-134).

O TNP significou uma vitória para os países nucleares, pois após anos de impasse, eles conseguiram impor uma ordem nuclear, ainda que alguns países não tenham aderido ao tratado imediatamente. Alguns países do Terceiro Mundo com programas nucleares avançados e em andamento, como Brasil e Argentina, se recusaram a assinar o TNP e fizeram desse tratado a pedra de toque de suas Políticas Externas pelos próximos 25 anos. A desigualdade do TNP era denunciada pelo Brasil e criticar esse tratado era uma maneira de expor a hierarquia internacional entre os países. Ao fazer do TNP um tema recorrente Política Externa brasileira, o Itamaraty esperava justificar a busca autônoma do Brasil para o desenvolvimento de tecnologias de ponta. O desenvolvimento brasileiro era um imperativo de nossa Política Externa, que deveria ser buscado pelo próprio governo brasileiro independentemente das restrições que se tentavam impor ao Brasil.

O governo brasileiro esperava poder utilizar a energia nuclear, bem como outras tecnologias a serem desenvolvidas, para o desenvolvimento de regiões atrasadas do Brasil. A energia nuclear deveria diversificar a matriz energética brasileira e sustentar o rápido crescimento econômico do Brasil naqueles anos. A recusa brasileira em assinar o TNP foi percebida pelos Estados Unidos como um possível indicador das intenções bélicas do Brasil no desenvolvimento de seu programa nuclear. Alguns membros do Governo Costa e Silva, bem como de governos subsequentes, percebiam que o Brasil não poderia simplesmente renunciar à possibilidade de desenvolver armas nucleares, pois isso colocaria em risco a segurança nacional. O Conselho de Segurança Nacional já discutia a possibilidade de

o Brasil buscar um parceiro externo para o desenvolvimento de seu programa nuclear (PATTI, 2012: p. 67-83).

527

Em 1964 e nos primeiros anos subsequentes houve praticamente um consenso na imprensa, no executivo e no congresso de apoio ao golpe militar no Brasil. Somente lentamente, principalmente depois de 1968, é que surgiu, segundo Green (2009: p. 86-99), um “movimento” dentro dos EUA de denúncia dos crimes da ditadura militar brasileira. Com a característica do regime militar brasileiro de manter uma aparência de legalidade, Brasília conseguiu o endosso internacional ao regime, que aparentava ser moderadamente autoritário. A influência do governo estadunidense sobre o governo brasileiro estava minguando na medida em que a ajuda estadunidense diminuiu após a guinada autoritária de 1968 (repressão dos protestos populares no Brasil e edição do AI-5). No ano de 1974 a maior parte da ajuda estadunidense veio em armamentos, que poderiam facilmente ser substituídos caso o Brasil usasse os dólares de que dispunha para comprar armamentos em outros lugares (SKIDMORE, 1988: p. 154).

A partir de 1969 os EUA tentaram uma aproximação com o Brasil (Kissinger participou ativamente nesse processo), no sentido de construir uma parceria contra o bloco soviético. Kissinger e Azeredo da Silveira desenvolveram uma amizade e buscaram estreitar os laços entre os dois países. Kissinger e Silveira não buscavam uma aliança estreita nem uma política de engajamento profundo, mas um ambiente institucionalizado de diálogo entre o Brasil e os EUA, para que pudessem articular suas ações em áreas de interesses mútuos (SPEKTOR, 2009: p. 9-14).

A presença de Nelson Rockefeller na vice-presidência do primeiro governo Nixon garantia que a América Latina não seria esquecida, pois o herdeiro da multimilionária família Rockefeller desde muito cedo desenvolvera um interesse pela região e teve participação ativa durante a Segunda Guerra Mundial na política dos EUA para a América Latina. Da mesma forma, Nixon também apoiava uma política para com o Brasil e a América Latina. Ao longo dos anos 1970 a Política Externa do governo Nixon ficou cada vez mais sob o escrutínio do Congresso, o que impediu uma política de aproximação maior com o Brasil devido às violações de direitos humanos cometidas pelo regime militar (SPEKTOR, 2009: p. 30-38).

Diferentemente dos governos anteriores, Kissinger e Nixon não acreditavam na não proliferação como algo imposto pelos EUA, ademais eles incentivaram empresas nucleares estadunidenses a exportar tecnologias para outros países. Quando o congresso estadunidense com uma maioria democrata assumiu uma responsabilidade maior na questão de não proliferação, a política mudou substancialmente considerando os anos anteriores. O escândalo de Watergate fez com que o público estadunidense se voltasse contra o governo republicano e, em 1974, os democratas foram os grandes vencedores das eleições legislativas. Isso trouxe ao Congresso novos democratas que tinham uma visão sobre a Política Externa a ser adotada bem diferente da dos governos Nixon e Ford (PATTI, 2012: p. 89-91; GREEN, 2009: p. 435).

O governo Geisel e a política nuclear brasileira

O General Ernesto Geisel assumiu a presidência em 1974, com a promessa de abertura política. A principal mudança que se deu na Política Externa do governo Geisel em relação aos outros governos militares ocorreu nas relações com os EUA. O Brasil tomou uma postura mais firme e assertiva na defesa de seus interesses: a diplomacia brasileira não deveria ir a reboque da diplomacia estadunidense.

Em 19 de março de 1974, o presidente Geisel fez um pronunciamento na primeira reunião ministerial, em que afirmava que o Brasil precisava fazer realinhamentos indispensáveis nas suas relações com o mundo e que sua Política Externa seria guiada por um pragmatismo ecumênico e responsável. Essa orientação refletia a política interna do governo (distensão e abertura política), de forma que a Política Externa brasileira naquele momento sofreu críticas por parte de setores das Forças Armadas e do governo. O estabelecimento de relações diplomáticas com a China comunista e o voto brasileiro na ONU, classificando o sionismo como uma forma de racismo são exemplos de medidas que foram criticadas pela linha dura. A linha dura argumentava que a Política Externa e a falta de apoio presidencial estavam comprometendo a luta contra o anticomunismo. De certa maneira, o governo Geisel retomava alguns pressupostos da Política Externa Independente (PEI). Portanto, a Política Externa brasileira dos anos de 1974-1979 ficou conhecida como Pragmatismo Responsável (BARRETO, 2006: p. 243-245; D'ARAÚJO; CASTRO, 2002: p. 51).

O foco do Pragmatismo Responsável eram as relações com o hemisfério norte, mas mantendo um relacionamento de solidariedade com o hemisfério sul. A Política Externa do governo Geisel foi um dos aspectos mais debatidos de seu governo, além disso, o presidente fazia a maior parte de seus pronunciamentos no exterior (CASTRO, D'ARAÚJO, 1998: p. 336-38; SPEKTOR, 2004: p. 212).

A questão energética e nuclear era fundamental para o Brasil naquele momento. Nos anos anteriores o Brasil havia experimentado um intenso crescimento econômico, que o governo Geisel esperava poder manter. Nesse sentido, a diversificação e expansão da matriz energética eram cruciais para sustentar o desenvolvimento brasileiro, especialmente em um momento em que o preço do barril de petróleo subia vertiginosamente.

Como resultado direto do choque do petróleo de 1973, que atingiu diretamente o Brasil, Geisel propôs a implementação de um vigoroso projeto nuclear com o objetivo de atingir a autonomia energética por meio de uma fonte alternativa como a nuclear, explorando as vastas reservas de urânio que o país possui. O Brasil importava parte significativa do petróleo que consumia e a escalada dos preços internacionais afetou drasticamente a economia brasileira causando um desequilíbrio nas contas externas. O governo brasileiro iniciou contatos secretos com países europeus, especialmente RFA e França, no intuito de conseguir um parceiro para a transferência de tecnologia nuclear. O Brasil já havia estabelecido laços de cooperação científica e tecnológica com esses países desde o final dos anos 1960 (PATTI, 2012: p. 94-95).

A atenção dos EUA, após o teste nuclear indiano, voltou-se para impedir que outros países como Brasil, Argentina, Paquistão, Coreia do Sul, dentre outros, seguissem o caminho indiano e desenvolvessem armas nucleares. Em agosto de 1974 o governo dos EUA classificou os contratos nucleares com o Brasil como “condicionais”, isto é, o Brasil não iria mais receber o combustível nuclear que demandava para a Usina de Angra I. Os contratos já assinados foram suspensos e a assinatura de novos contratos cancelada. Isso fez com que o governo brasileiro procurasse novos parceiros e precipitasse sua cooperação com a RFA no campo nuclear. A partir desse momento o governo brasileiro estava determinado a encontrar um parceiro desenvolvido para seu programa nuclear.

A despeito desse motivo de insatisfação para o governo brasileiro, em 1975 o Brasil e os Estados Unidos firmaram um “memorando de entendimento”, por meio do qual estabeleciam uma via de comunicação preferencial entre os dois países para tratarem de assuntos pertinentes. A assinatura do memorando estabelecia um sistema de consulta

entre os dois países. O Chanceler Azeredo da Silveira rejeitou o primeiro esboço desse memorando enviado pelo Secretário de Estado estadunidense, Henry Kissinger, pois acreditava que iria provocar a submissão do Brasil aos interesses estadunidenses, já que previa compromissos entre o Brasil e os EUA. As relações entre os dois países já vinham progredindo positivamente desde 1974 e o “memorando de entendimento” confirmava as relações salutaras e de respeito mútuo entre os dois países (SPEKTOR, 2010: p. 145-48).

Naquele momento, o Presidente Geisel falava em fazer “realinhamentos indispensáveis”, o que dava o tom retórico da nova orientação da Política Externa brasileira. O país buscava uma nova inserção na geopolítica mundial. Em maio de 1975 o Chanceler Silveira já havia indicado que o Brasil poderia assinar um acordo nuclear com a RFA, o que causou protesto imediato dos EUA. O senador John Pastore exprimia em seus discursos o temor de que o Brasil (não signatário do TNP) viesse a produzir armas nucleares (BARRETO, 2006: p. 244-61).

Pastore foi Senador por *Rhode Island* de 1950 até 1976. Ele presidiu o *Joint Committee on Atomic Energy* e em 1963 forneceu importante apoio para que Kennedy assinasse o Tratado de Interdição Parcial de Testes Nucleares com a URSS e o Reino Unido. Foi um dos principais críticos do acordo nuclear Brasil-RFA e urgia o governo de seu país a impedir a implementação daquele acordo. A inércia dos Estados Unidos diante da manobra teuto-brasileira era vista pelo senador como sinal do desinteresse do governo Ford.

Geisel queria dar mais espaço de manobra para o Brasil e não considerava os Estados Unidos como nosso “aliado indispensável”. O Chanceler Azeredo da Silveira compartilhava dessa mesma opinião. A explosão do artefato nuclear indiano e a retirada das garantias de que os EUA poderiam suprir o Brasil com combustível nuclear fez com que o Governo Geisel buscasse alternativas para o suprimento de combustível nuclear, colimando também dominar completamente o ciclo da produção de energia nuclear. Ao assinar o acordo nuclear com a RFA, o governo Geisel não consultou os especialistas brasileiros em questões nucleares, nem cientistas, nem os profissionais da Petrobrás e da Eletrobrás – essa era uma marca do autoritarismo daquele regime. O acordo nuclear foi vigorosamente apoiado por amplos setores da sociedade brasileira; isso se devia à característica nacionalista desse acordo, que agradava tanto setores da oposição mais à esquerda, quanto mais à direita (SKIDMORE, 1988: p. 192-95).

A questão energética era importante para o governo Geisel, já que as reservas de petróleo e carvão eram consideradas limitadas e a energia hidráulica não poderia ser a única solução. O Brasil deveria desenvolver energia nuclear também. Supunha-se que a hidroeletricidade se aproximava dos limites naturais a ela impostos, sendo que apenas a energia nuclear poderia suprir a necessidade futura de energia nuclear do Brasil. Estimava-se que até a década de 1980 haveria a exaustão dos recursos hídricos nas regiões mais desenvolvidas do país. A energia nuclear deveria complementar a energia hidráulica ao longo das décadas vindouras para poder suprir as necessidades energéticas do Brasil. Era necessário fazer a transição técnica completa do ciclo nuclear em nosso país, para que não se substituísse uma dependência (o petróleo) por outra (a energia nuclear). A ideia era tornar o Brasil autônomo e independente na tecnologia nuclear.

O acordo nuclear com a RFA, assinado em 27 de junho de 1975, estabelecia que o Brasil desenvolveria sua capacidade industrial no campo nuclear, dominando o ciclo nuclear para produção de urânio enriquecido e conseqüentemente energia nuclear. Em contrapartida, o Brasil iria comprar da Alemanha Ocidental nove plantas nucleares entre 1981 e 1990. O Brasil manteve contatos paralelos com a RFA e a França sobre o desenvolvimento de

seu programa nuclear e só descartou a parceria francesa no último momento, antes de fechar um acordo com a Alemanha Ocidental. O Brasil buscava o parceiro que fosse mais flexível nas salvaguardas internacionais que tal acordo exigia (PATTI, 2012: p. 98-105; CASTRO, D'ARAÚJO, 1998: p. 304).

Para Gaspari (2004: p. 136-37), o acordo nuclear Brasil-EUA se provou um erro, pois o potencial hidrelétrico era suficiente para suprir as necessidades do país; todavia teve um forte efeito propagandístico para o regime, pois representava a ideia do “Brasil Grande”. O processo de ultracentrifugação para o enriquecimento de urânio, denominado de jato-bucal ou jato-centrífugo (também conhecida como técnica de Becker, batizado em nome de seu inventor), que a Alemanha Ocidental esperava vender ao Brasil já estava tecnicamente comprovado, mas não havia demonstrado sua viabilidade comercial ainda.

Essa técnica de enriquecimento de urânio foi desenvolvida na Alemanha Ocidental pelo físico E.W. Becker, no laboratório nuclear de Karlsruhe. Essa tecnologia foi exportada para o Brasil e a África do Sul nos anos 1970, quando ainda estava em fase de teste e sua eficácia não havia sido provada. Esperava-se que esse fosse um método mais seguro de enriquecimento de urânio, destinado fundamentalmente para a produção de energia – evitando que fosse direcionado para fins bélicos. O Brasil não foi bem sucedido em enriquecer urânio usando essa técnica, mas a África do Sul, ao readaptar essa técnica, conseguiu enriquecer urânio para armas nucleares. Posteriormente, esse método foi considerado economicamente inviável.

O acordo provocou atritos com os EUA, que se encontravam fragilizados diante da derrota no Vietnã, representando um bom momento para os países subdesenvolvidos galgarem posições no sistema internacional. O governo Ford, por sua vez, fez uma tênue oposição ao acordo nuclear Brasil-Alemanha e paulatinamente se afastava das ditaduras militares da América Latina. O apoio a essas ditaduras era muito impopular nos Estados Unidos naquele momento.

Em janeiro de 1975 foram criadas as Empresas Nucleares Brasileiras (Nuclebrás), semelhantes ao modelo da Petrobrás. Era uma empresa estatal com o objetivo de desenvolver a indústria nuclear brasileira, dominando todo o ciclo nuclear e a produção de componentes para as usinas nucleares a serem construídas. Com a modificação da legislação estadunidense, de modo a tornar as exportações de combustível nuclear mais rigorosas, as relações com o Brasil na questão nuclear só pioraram. A modificação na legislação tornava mais difícil a venda e transferência de combustível e tecnologia nuclear. A RFA decidiu exportar a técnica do jato-bucal para o Brasil, pois considerava que essa tecnologia apenas testada em laboratório não poderia ser usada para fins militares. A decisão do governo alemão da RFA de suprir o Brasil com tecnologia nuclear provocou uma rusga com Washington, criando uma fratura na frente comum de não proliferação nuclear que os dois países apoiavam.

O governo dos EUA pressionou o Brasil e a RFA para que aceitassem as salvaguardas da AIEA no acordo nuclear entre os dois países. As imprensas dos dois países (Brasil e Alemanha) saudaram o acordo nuclear. A imprensa alemã enfatizou o que poderia ser o começo do fim da dependência latino-americana com os EUA e a imprensa brasileira enfatizou que devido ao acordo trilateral a ser assinado com a AIEA o Brasil não viria a desenvolver armas nucleares. A RFA estava em processo de assinar um acordo nuclear com o Irã e Bonn queria que este acordo com o Irã servisse de modelo para o acordo com o Brasil. Apesar dos rumores sobre o possível uso militar do acordo com a RFA, os EUA

viram com bons olhos o acordo, pois ele estava sobre as salvaguardas da AIEA. Ainda assim, o acordo foi alvo de críticas no Congresso dos EUA, que tinha uma postura mais rígida sobre não proliferação nuclear do que o Executivo (PATTI, 2012: p. 110-29).

O Brasil respeitava as normas internacionais de não proliferação, mesmo não tendo assinado o TNP. Isso foi um aspecto do acordo com a RFA que não foi levado em conta pelo governo estadunidense, mas que iria influenciar a posição de Brasília sobre o tema. O acordo nuclear com a Alemanha Ocidental foi saudado no Brasil com grande entusiasmo, como sendo um sinal de grandeza para o país, que iria alterar o nosso status internacional, colocando-nos no seleto rol de nações que dominavam o ciclo nuclear completo. O Brasil e a Alemanha Ocidental assinaram um acordo trilateral com a AIEA. Acatar as salvaguardas da AIEA no acordo nuclear Brasil-RFA foi um marco, sendo o primeiro acordo desse tipo entre um país não membro do TNP sem tecnologia nuclear e um país com tecnologia nuclear membro do TNP.

O governo estadunidense percebia que qualquer concessão dada a um país não signatário do TNP poderia criar um indesejável precedente, que incentivaria outros países não signatários a iniciar ou prosseguir com seus programas nucleares. Apesar do desentendimento inicial o acordo tripartite foi assinado em Viena com o consentimento dos EUA – o que na visão brasileira era muito importante. Entre março de 1976 e janeiro de 1977 o principal objetivo do governo Ford para com o Brasil era recomeçar a cooperação nuclear com o país e, acima de tudo, impedir que o Brasil tivesse acesso à tecnologia de enriquecimento e reprocessamento de urânio. Não se pode descartar que o governo Geisel estivesse disposto a adequar o programa nuclear brasileiro às exigências feitas pelos EUA – dada a relevância de se manter boas relações com Washington.

Geisel estava disposto a abandonar a parte mais sensível do acordo nuclear com a RFA em troca de um pacote de ajuda econômica e assistência nuclear de Washington. Todavia, como o acordo gozava de amplo apoio interno, tanto da oposição como da situação, o presidente não poderia correr o risco de criar uma divisão interna em um momento delicado no qual o Brasil começava a passar por um processo de distensão (PATTI, 2012: p. 134-54). Analisemos agora mais de perto a reação do governo Ford às pretensões nucleares brasileiras e ao acordo nuclear com a RFA.

O governo Ford e o programa nuclear brasileiro

O Presidente Geisel estava convencido de que o Brasil deveria enriquecer urânio e desenvolver seu próprio combustível nuclear. Em Janeiro de 1974, a *Kraftwerk Union* (KWU) convidou um grupo de cientistas nucleares brasileiros para pesquisarem por vários meses nas instalações da empresa. O Departamento de Estado sugeria que Geisel seria favorável a um acordo nuclear com a RFA devido a sua origem. Os engenheiros estadunidenses trabalhando na Companhia Brasileira de Tecnologia Nuclear (CBTN) estavam preocupados com a influência crescente da RFA no programa nuclear brasileiro³. Em março, Brasil e Paquistão haviam requisitado que a AIEA assistisse seus países no desenvolvimento de programas nucleares.

O cancelamento por parte dos Estados Unidos dos contratos para abastecimento de combustível nuclear em 1974 incomodou profundamente o governo brasileiro. O Embaixador Paulo Nogueira Batista⁴ especulava que o Brasil havia sido relegado para o final da fila no cumprimento desses contratos⁵. A Embaixada estadunidense em Brasília compreendia o imbróglie que o cancelamento desses contratos causaria nas relações com o Brasil e solicitava que Washington fornecesse alguma garantia escrita de que os

contratos nucleares seriam honrados. A Embaixada entendia que os contratos haviam sido pagos em adiantamento e que, caso não fossem cumpridos, a boa-fé e a credibilidade estadunidense estariam em risco. O Embaixador dos Estados Unidos no Brasil John Hugh Crimmins pedia que o Departamento de Estado fornecesse as garantias que o Brasil esperava⁶.

A comissão estadunidense de energia atômica (AEC), que tratava desses contratos, fornecia garantias de que os contratos seriam honrados de qualquer forma, incentivando que empresas privadas estadunidenses pudessem propiciar o fornecimento de combustível nuclear ao Brasil. Dixy Lee Ray, presidente da AEC tentava responder a essa situação, como esse excerto de um documento do Departamento de Estado atesta:

[...] Nesse sentido, a presidente da AEC, Ray, declara perante o Comitê Conjunto sobre Energia Atômica [do Congresso estadunidense] em seis de agosto de 1974: “se ações privadas sobre o enriquecimento de urânio não procederem no curso do próximo ano de acordo com as expectativas, a AEC vai revisar a situação e então – ou antes, se preciso – vai tomar qualquer ação necessária. A AEC vai evitar entrar em contratos de longo prazo para o fornecimento de energia nuclear. Isso não significa que eventuais necessidades futuras não serão atendidas. Não se pode permitir que isso ocorra. Existem planos privados que podem no curso do tempo levar a compromissos com novas capacidades de enriquecimento. O planejamento governamental pode ser revisado no final desse período, caso as ações privadas não alcancem as expectativas.”⁷

O governo brasileiro reagiu positivamente a essa resposta estadunidense ao problema dos contratos. Todavia, esse plano inicial não foi cumprido, tampouco estava o governo brasileiro disposto a esperar a boa vontade ou capacidade estadunidense em cumprir os contratos. O não cumprimento desses contratos por parte dos EUA foi fundamental para que o governo brasileiro buscasse outros parceiros para o desenvolvimento do programa nuclear brasileiro.

Nesse ínterim, a KWU continuou a flertar com o governo brasileiro por uma parceria no campo nuclear. Em setembro de 1974 a empresa alemã enviou um grupo de executivos ao Brasil para possivelmente auxiliar o governo brasileiro na construção de reatores nucleares e plantas de reprocessamento⁸. A Westinghouse percebia essa investida alemã no mercado brasileiro e procurava responder a essa manobra. Em outubro, a empresa estadunidense enviou dois representantes ao Brasil para contrabalancear a investida da KWU no mercado nuclear brasileiro⁹. Washington apoiava ativamente a Westinghouse, a documentação do Departamento de Estado comprova que os EUA não queriam perder esse filão do mercado mundial de energia nuclear.

A Westinghouse afirmava que o Ministro Ueki¹⁰ era favorável a um acordo nuclear com a RFA e que o Brasil se voltou para esse parceiro europeu porque os Estados Unidos não se mostraram confiáveis no cumprimento de seus contratos. Os representantes da Westinghouse compreendiam que o estágio das conversas entre Bonn e Brasília era avançado e que mesmo uma proposta da empresa estadunidense não poderia alterar esse quadro. Para os representantes da Westinghouse apenas a garantia do governo estadunidense para o fornecimento de combustível nuclear por 10 anos ao Brasil e o financiamento do EXIM Bank poderia fazer com que o governo brasileiro preferisse a proposta estadunidense. O Embaixador Crimmins acreditava que havia o receio brasileiro do desenvolvimento de um programa nuclear avançado na Argentina, o que pressionava o Brasil para que tomasse uma medida no sentido de competir com a Argentina nesse campo e um acordo com a RFA poderia trazer alguma vantagem para o Brasil¹¹.

A Westinghouse e o governo estadunidense procuravam anular o bom momento que a KWU desfrutava com o governo brasileiro e tentavam retardar as negociações entre Bonn e Brasília, especialmente tentando anular o Ministro Ueki. A Westinghouse pretendia apresentar num curto período de tempo uma proposta favorável ao Brasil¹². Hervásio de Carvalho, presidente da CNEN¹³, declarava que os EUA não foram receptivos às propostas brasileiras para a construção de usinas nucleares no país. Por outro lado, países como a França e a RFA foram ligeiros em apresentar propostas ao Brasil e demonstravam real interesse na cooperação nuclear. Mesmo assim, para o Embaixador Crimmins, Carvalho permanecia simpático aos Estados Unidos, todavia reclamava da demora e falta de interesse do governo estadunidense em uma parceria nuclear¹⁴.

O Ministro Ueki confirmou que o Brasil iria assinar um protocolo de cooperação nuclear com a RFA. Os alemães teriam concordado em estabelecer uma planta de enriquecimento de urânio no Brasil pelo método do jato bucal/método de Becker; caso essa técnica não funcionasse, Bonn garantiria o suprimento de combustível nuclear ao Brasil. Ainda assim, Brasília pretendia manter a opção estadunidense acessível, caso o programa nuclear alemão entrasse em dificuldades financeiras e técnicas¹⁵. Até esse momento, Washington não parecia estar tão preocupado com as implicações que o acordo nuclear entre Brasil e RFA teriam para a proliferação nuclear: o governo estadunidense estava interessado em obstar os esforços alemães para preservar o mercado nuclear brasileiro para as empresas estadunidenses.

A Westinghouse procurava apresentar sua superioridade técnica sobre seus concorrentes europeus e esperava que mesmo o Brasil assinando um acordo com a Alemanha Ocidental ou outro país, ainda haveria espaço para a empresa estadunidense no programa nuclear brasileiro¹⁶. O governo estadunidense insistia que qualquer acordo para a transferência de tecnologia e equipamentos nucleares deveria ser adiado até que os países fornecedores dessas tecnologias pudessem concordar em uma política comum de exportação; pedido esse que foi negado pelo governo de Bonn¹⁷. O Departamento de Estado externava com o governo alemão sua preocupação sobre o acordo nuclear entre Brasil e RFA:

A RFA já afirmou que o acordo com o Brasil representava um passo adiante nos esforços de não proliferação e há pouca perspectiva de se conseguir um acordo mais abrangente. Os EUA reconhecem que as condições para essa venda incluem muitos elementos propostos por nosso governo: aplicação de salvaguardas, tanto para o equipamento fornecido, os materiais e tecnologias supridos e produzidos; quanto para as provisões proibindo o uso desses para explosivos nucleares, bem como provisões para a adequada segurança física. Os EUA também reconhecem as tentativas do governo alemão de conseguirem mais condições, como salvaguardas da AIEA em todas as atividades nucleares brasileiras e um compromisso geral em não desenvolver ou adquirir explosivos nucleares; mas não tem sido bem sucedido nesse sentido. Portanto, enquanto os EUA reconhecem que a RFA propôs extensas condições, elas não são suficientes de acordo com as políticas sugeridas por nosso governo. Os EUA sentem que a RFA possa estar prejudgando o resultado de um possível acordo multilateral [Brasil, RFA e AEIA] e, portanto, urge que a RFA reconsidere sua decisão de prosseguir nesse momento.¹⁸

Os alemães, por sua vez, reafirmavam seu compromisso com a não proliferação nuclear, mas não aceitariam retardar o acordo nuclear com o Brasil por pressão estadunidense. Nesse período de negociações iniciais do acordo, que ainda não havia sido assinado, os EUA tentavam pressionar Bonn para que adiasse o acordo, não exercendo muita pressão sobre Brasília. A RFA temia que, se adiasse o acordo com o Brasil, corria o risco de perder o contrato para outro país interessado¹⁹.

A despeito de o governo Ford ter demonstrado sua contrariedade ao acordo, seu governo aparentava estar satisfeito com as salvaguardas oferecidas, pois a Alemanha Ocidental era signatária do TNP. No entanto, não era esse o posicionamento de alguns congressistas estadunidenses sobre o acordo. Os senadores John Pastore e Abraham Ribicoff, ambos democratas, opuseram-se veementemente ao acordo nuclear Brasil-RFA e urgiam que o governo Ford tomasse alguma atitude para impedir que houvesse essa transferência de tecnologia ao Brasil. Os dois senadores duvidavam das intenções ditas pacíficas do programa nuclear brasileiro e afirmavam que o Brasil poderia seguir o exemplo indiano²⁰. Essa pressão interna do Congresso só viria a crescer nos meses subsequentes.

Pouco antes da assinatura do acordo, o senador John Pastore debateu no Congresso estadunidense o acordo nuclear entre Brasil e RFA, criticando severamente a postura do governo Ford e apontando os perigos desse acordo para a proliferação nuclear. Independentemente das garantias que seriam dadas pela Alemanha Ocidental de que o acordo estaria salvaguardado, nada impediria que o Brasil construísse sua própria planta nuclear com a tecnologia que seria repassada. O senador temia que em um governo dominado por militares, o Brasil tivesse optado por desenvolver uma bomba nuclear e que isso geraria uma corrida armamentista na região com outros países, como Argentina e Chile, desenvolvendo seus próprios arsenais. O maior perigo era de que houvesse uma mudança de regime no Brasil e um ditador ao estilo de Castro tomasse o poder em um momento em que o país detivesse capacidade nuclear. A preocupação do senador estadunidense de que poderia haver um golpe comunista no Brasil parece ser completamente infundada, todavia a ameaça de que o governo militar brasileiro viesse a desenvolver armas atômicas não era um disparate. Pastore conclui dizendo que se o acordo for adiante e o governo estadunidense nada fizer para impedi-lo seria uma zombaria da Doutrina Monroe²¹.

O Embaixador brasileiro em Washington, João Augusto de Araújo Castro, relatava ao Chanceler Azeredo da Silveira como, mesmo antes da assinatura do acordo nuclear, ele já era um dos temas principais da imprensa estadunidense. Os jornais estadunidenses demonstravam profunda preocupação com o acordo e o percebiam como uma tendência que iria se agravar no futuro com mais países do Terceiro Mundo buscando tecnologia nuclear. A imprensa urgia o governo estadunidense a tomar alguma medida a respeito do acordo. A atenção da Embaixada brasileira ao que estava sendo publicado pela imprensa estadunidense demonstra certa preocupação do governo brasileiro com o impacto que o acordo nuclear teria na política dos Estados Unidos e conseqüentemente nas relações bilaterais entre os dois países²².

Os jornais brasileiros destacavam que o acordo nuclear enfrentava duras críticas na opinião pública estadunidense e no legislativo daquele país. O Itamaraty esperava que o governo Ford não cedesse às pressões internas e nem tentasse obstaculizar a implementação do acordo nuclear²³. Kissinger, por sua vez, lamentava que o acordo nuclear Brasil-RFA tenha se tornado um assunto tão polêmico e tenha adentrado o debate público nos Estados Unidos e no Brasil. Ele preferia que o acordo tivesse se mantido no campo diplomático, sem interferências externas ou populares. Da mesma forma, esperava que o acordo não viesse a abalar as relações entre os dois países. O Secretário de Estado apelava para que os dois países cooperassem para coibir a proliferação nuclear²⁴.

O Embaixador Crimmins considerava que o acordo nuclear traria perdas inevitáveis à indústria nuclear estadunidense, que perdia boa parte do mercado brasileiro para

a Alemanha Ocidental, e descrevia como alto o risco de o Brasil desenvolver armas nucleares. O Embaixador estadunidense também avaliava que a indústria nuclear alemã sairia fortalecida do acordo e aumentaria sua competitividade global²⁵. Não obstante o acordo com a RFA, o Brasil também tentava negociar com a França para a transferência de tecnologia nuclear em troca do fornecimento de urânio. Os franceses estavam particularmente interessados nas reservas de urânio do Brasil²⁶.

Durante a visita de Charles W. Robinson, subsecretário de Estado para assuntos econômicos, ao Brasil em julho de 1975 (logo após a assinatura do acordo nuclear entre Brasil e RFA), ele se absteve de expressar críticas ao acordo nuclear. Ao contrário, Robinson declarou que seu governo gostaria que Brasília e Washington retomassem o diálogo (produtor/consumidor) na questão nuclear e que seu país se mantinha aberto para negócios nucleares com o Brasil²⁷. Inicialmente o governo Ford não pressionou o Brasil sobre o acordo nuclear, preferindo interceder sobre a Alemanha Ocidental para demonstrar seus receios com relação ao acordo. Nesse ínterim, o governo estadunidense continuava a sondar Brasília sobre a possibilidade de eventuais contratos nucleares em favor de empresas estadunidenses.

Kissinger escrevia para o Chanceler brasileiro que concordava com a postura brasileira na questão nuclear e esperava que os dois países pudessem cooperar para conter a proliferação nuclear²⁸. Para o chanceler Azeredo da Silveira, o acordo nuclear com a Alemanha Ocidental estava diretamente relacionado com a precariedade de comprar reatores estrangeiros e a volatilidade do mercado de combustível nuclear. A Embaixada estadunidense no Brasil dava destaque ao discurso do Chanceler brasileiro no Senado em que ele apontava um futuro pouco promissor para as relações com os EUA no campo nuclear:

Depois que a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) optou por reatores capazes de enriquecer urânio, segundo Silveira, era necessário encontrar um parceiro, dentre os Estados Unidos, Alemanha Ocidental e França; que estivessem dispostos em transferir a tecnologia necessária para a gradual nacionalização do programa nuclear brasileiro. Silveira disse que duas firmas americanas – Westinghouse e General Motors – apresentaram planos de cooperação, mas “esses planos não respondiam a todos os interesses brasileiros”, já que eles omitiam estruturas de enriquecimento e reprocessamento. Portanto, ele [Silveira] continuou, o Brasil iria continuar dependendo de suprimentos estrangeiros, basicamente os americanos. Também, de acordo com Silveira, a perspectiva para uma cooperação entre Brasil e Estados Unidos em energia nuclear não eram, como não são agora, muitos promissoras.²⁹

Pouco após a assinatura do acordo nuclear, o Brasil e a Alemanha Ocidental assinaram um acordo de segurança nuclear com a AIEA. O governo Ford parecia satisfeito com o prazo de 20 anos das salvaguardas do acordo trilateral Brasil-RFA-AIEA. Todavia, ainda que o acordo proibisse o desenvolvimento de armas nucleares, não impediria o seu uso para outros fins militares. O Departamento de Estado sugeria que o acordo trilateral deveria sofrer algumas modificações: ao Brasil não deveria ser permitido o desenvolvimento de armas nucleares bem como proibidos quaisquer outros usos militares³⁰. O governo alemão respondia que poderia aceitar algumas sugestões de mudanças no acordo trilateral propostas pelos EUA, mas também pedia que o governo estadunidense considerasse revisões em seus pedidos. Bonn não poderia aceitar a modificação proibindo qualquer uso militar para o acordo nuclear, pois dessa maneira o tratado se tornaria inaceitável para o Brasil³¹. O acordo foi assinado em 27 de junho de 1975. Por meio desse acordo, a RFA

iria construir oito usinas nucleares no Brasil e em troca o Brasil iria exportar urânio para a Alemanha, tornando-se o maior supridor daquele país.

536

A Embaixada estadunidense no Brasil informava ao Departamento de Estado, no início de 1976, que um dos temas centrais da visita que Kissinger iria fazer ao Brasil deveria ser o reconhecimento do status de potência para o Brasil – isso seria algo que iria agradar enormemente o regime militar brasileiro. Para a Embaixada estadunidense no Brasil essa visita seria usada para tentar anular qualquer suspeição de que os Estados Unidos seriam contrários à ascensão econômica e política do Brasil no plano internacional. Kissinger deveria afirmar que entendia e apoiava os interesses brasileiros, inclusive o acordo nuclear com a Alemanha Ocidental, evitando críticas mais duras. O Chanceler Silveira esperava que o Secretário de Estado pudesse reconhecer a “relação especial” entre seus dois países³².

Essa postura recomendada pela Embaixada estadunidense não foi seguida pelo Senador republicano Jacob Javits durante o encontro que teve com o Ministro Ueki em sete de janeiro do mesmo ano. No encontro, o Senador tocou no assunto do acordo nuclear:

Ao tratar de assuntos nucleares especificamente, Javits reiterou a preocupação dos Estados Unidos sobre o possível perigo que o acordo nuclear Brasil-RFA apresentava para a proliferação de tecnologia nuclear com aplicações militares. O Senador expressou a esperança de que o Brasil iria concordar com as salvaguardas adequadas da AIEA. Ueki revisou as razões políticas da não adesão do Brasil ao TNP. Ele caracterizou o TNP como sendo inerentemente discriminatório, no sentido de que o tratado estabelece o monitoramento da pesquisa nuclear e do desenvolvimento nuclear em países não nuclearizados, enquanto permite aos países nuclearizados. Ele [Ueki] vê isso como um esforço para congelar o “status quo” e perpetuar esse sistema. Ueki nota que as negociações de salvaguardas trilaterais estavam seguindo normalmente como planejado e reiterou que ele não via nenhum problema particular nelas. Ele fez uma observação geral, em resposta aos comentários do Senador sobre a inquietação em importantes círculos sobre a possibilidade de aplicações militares por parte do Brasil, de que garantias nesse sentido por um país do peso e da estatura do Brasil seriam suficientes. A isso o Senador respondeu que, se esse conceito fosse generalizado, não haveria necessidade do TNP.³³

O Congresso estadunidense mantinha uma postura mais combativa a respeito da proliferação nuclear, o que contrastava com a posição do executivo naquele momento. Ao passo que o governo Ford estava aparentemente satisfeito com as salvaguardas do acordo trilateral, o Congresso estadunidense esperava de Brasília maior comprometimento com a não proliferação, quiçá a anulação do acordo com a Alemanha Ocidental. Para o Embaixador Crimmins, o acordo nuclear garantiu à Alemanha Ocidental um status privilegiado com o governo brasileiro. Desse modo, a Alemanha Ocidental assumiu uma posição em que poderia substituir os EUA como o parceiro preferencial do Brasil, o que não seria necessariamente ruim aos interesses estadunidenses, ainda que representasse um concorrente econômico dos EUA no Brasil³⁴.

Mesmo com o acordo entre Brasil e Alemanha Ocidental, o governo estadunidense planejava renovar o contrato nuclear com o Brasil para o fornecimento de combustível nuclear, mas Brasília esperava não padecer dos mesmos problemas anteriores que levaram à suspensão do fornecimento deste combustível³⁵. Como o acordo nuclear com a RFA previa que iriam ser construídas oito usinas nucleares no Brasil, Washington demonstrava interesse em exportar combustível nuclear para o país, levando em conta que a Alemanha Ocidental não poderia fornecer o urânio enriquecido para todas as usinas³⁶.

Na medida em que se interessava pelas possibilidades econômicas do acordo Brasil-RFA, o governo Ford se via pressionado internamente pela conjuntura internacional da proliferação nuclear. Os acordos assinados entre Brasília e Bonn e entre Islamabad e Paris demonstravam que mais países estariam próximos de dominar o ciclo nuclear e eventualmente desenvolverem armas nucleares. O governo estadunidense insistia que França e Alemanha Ocidental não deveriam exportar plantas de reprocessamento e de enriquecimento de urânio. Diferentes comissões no Congresso estadunidense estudavam esses acordos e externavam sua preocupação com a proliferação nuclear³⁷.

O governo brasileiro não demonstrava pressa em firmar um novo contrato para o abastecimento de combustível nuclear com os Estados Unidos. O Ministro Ueki afirmava que havia outros fornecedores no mercado internacional e que, se o governo estadunidense desejava ver um contrato nesse sentido deveria oferecer vantagens para que se tornasse atraente ao Brasil. A Embaixada estadunidense sugeria que, quando Kissinger visitasse o Brasil, o assunto de um novo contrato nuclear e da não proliferação deveria ser abordado concomitantemente como uma forma de restabelecer o diálogo com o governo brasileiro nesse tema³⁸.

Em outubro de 1976, o Chanceler Azeredo da Silveira visitou os Estados Unidos. Durante o encontro com Kissinger, o Secretário de Estado declarou que seu governo aceitava a posição nuclear brasileira e o acordo com a RFA, mas temia as consequências que poderia gerar para a proliferação nuclear³⁹. No entanto, à medida que a campanha presidencial estadunidense se aproximava, o Presidente Ford mudava sua retórica para uma postura mais dura em torno do programa nuclear brasileiro e do acordo com a Alemanha Ocidental.

Em seu discurso sobre proliferação nuclear em novembro, Ford endurecia com o Brasil e afirmava que esperava mais garantias de que os programas nucleares de diversos países do Terceiro Mundo não iriam ser desviados para fins bélicos; ele enfatizava ainda que seu governo estava trabalhando incessantemente para combater a proliferação nuclear. O presidente estadunidense sugeria que fosse criado um novo regime internacional para o armazenamento do combustível nuclear gasto sob o controle da AIEA — essa seria uma forma de prevenir que diferentes países desenvolvessem uma “economia de plutônio”, que seria facilmente utilizada para construção de artefatos nucleares. Os países que desejassem desenvolver programas nucleares avançados e não seguissem essas normas deveriam ser penalizados⁴⁰.

Em resposta, a Embaixada estadunidense no Brasil informava que o governo brasileiro respondeu de forma negativa ao discurso do presidente estadunidense. O discurso irritou profundamente alguns dirigentes brasileiros, que o viam como voltado contra o acordo nuclear Brasil-RFA. O governo brasileiro previa que a pressão sobre o acordo deveria aumentar com o próximo governo estadunidense, especialmente se Carter fosse eleito. Para o Coronel Luiz Francisco Ferreira, assessor especial para assuntos nucleares do Ministério de Minas e Energia, os EUA dividiam o mundo em países responsáveis e irresponsáveis, sendo que o Brasil se enquadrava na última categoria. Para o Coronel o acordo nuclear com a Alemanha Ocidental era um fato consumado, e o governo estadunidense nada poderia fazer para modificá-lo⁴¹.

O governo brasileiro tentava minimizar a crescente pressão estadunidense sobre o acordo nuclear Brasil-RFA como retórica do período eleitoral nos Estados Unidos⁴². Com a vitória de Carter, ficava evidente que Washington iria tomar medidas com relação ao acordo nuclear. Juntamente com a questão nuclear, os direitos humanos seriam temas centrais

na agenda internacional do presidente Carter. Temas que provocaram atritos com o governo ditatorial brasileiro e que possivelmente marcaram o momento de maior afastamento entre Brasília e Washington, provocando uma crise de baixa intensidade entre os dois países – mas não menos impactante para as relações bilaterais.

Antes mesmo de o ano de 1976 acabar, o governo de Bonn começava a considerar algumas mudanças no acordo nuclear com o Brasil. Os alemães consideravam que não fazer algumas concessões aos EUA seria irrealista, principalmente com a eleição de Carter. A construção de instalações de enriquecimento e reprocessamento nuclear no Brasil deveriam ser reconsideradas e possivelmente substituídas por outras medidas como contratos para o suprimento de combustível nuclear. Acreditava-se que, se o governo estadunidense exercesse muita pressão sobre o acordo, o governo alemão não poderia resistir por muito tempo⁴³.

Carter e os anos posteriores

O Brasil foi um dos principais alvos da política de não proliferação do governo Carter. A reação brasileira a essa pressão levou à criação do programa nuclear autônomo ou paralelo, que era secreto e não estava sobre as salvaguardas da AIEA. Nos olhos do *National Security Adviser* do governo Carter, Zbigniew Brzezinski, o Brasil não era confiável no campo nuclear, portanto era necessária uma revisão da política de não proliferação do governo Ford, no sentido de minar o acordo nuclear brasileiro com a RFA. Essa foi uma das prioridades nos primeiros meses do governo Carter.

O governo estadunidense compreendia que, para fazer com que o Brasil aceitasse modificações sensíveis no tratado com a RFA, deveria ter a garantia de que o Brasil seria suprido de combustível nuclear por um período duradouro. No começo do governo Carter, o Brasil mostrou disposição em alterar aspectos do tratado com a RFA ou mesmo abandoná-lo, desde que essas discussões permanecessem secretas, para que o governo Geisel não sofresse pressão da linha dura que era contra qualquer concessão nesse campo. Quando o Departamento de Estado liberou uma nota à imprensa em que afirmava que o Brasil estava disposto a negociar sobre o acordo nuclear com a Alemanha Ocidental, as negociações entre os dois países azedaram-se (PATTI, 2012: p. 157-161).

Preparando a visita do Presidente Carter ao Brasil em 1978, Silveira escreveu a Geisel que percebia duas questões problemáticas na área nuclear: a Argentina e a África do Sul. Silveira enfatizou que o Brasil não tinha nenhuma cooperação com o programa nuclear sul-africano e temia que Pretória viesse a desenvolver uma bomba nuclear. O *Nuclear Non-proliferation Act* de 1978 tornou mais difícil a transferência de combustíveis nucleares para outros países, pois submetia os países recipientes à inspeção por agências internacionais e controle sobre as usinas nucleares. Seguindo a tendência dominante entre os congressistas, o Congresso estadunidense aprovou o *Non-proliferation Act* como medida para coibir as exportações de materiais sensíveis que poderiam ser utilizados para fins bélicos, ao mesmo tempo em que incentivava o uso da energia nuclear para fins pacíficos.

A política de não proliferação do governo Carter teve sérias implicações para o programa nuclear brasileiro, pois foi resultado dessa política o Brasil ter iniciado seu programa nuclear paralelo e cooperado com outros países não membros do regime de não proliferação. O Brasil estabeleceu relações com outros países no campo nuclear, em especial a China continental, o Iraque e aventou uma cooperação com a África do Sul (PATTI, 2012: p. 194-96).

O programa nuclear paralelo foi iniciado no final dos anos 1970 de forma secreta e não estava submetido à vigilância internacional por meio da AIEA. O programa era controlado pelos militares, especialmente a Marinha, pois se objetivava construir submarinos nucleares. A saída de Hervásio de Carvalho do CNEN em favor de Rex Nazaré Alves fortaleceu a ideia de um programa nuclear secreto. Foi por meio desse programa paralelo que o Brasil conseguiu enriquecer urânio e em 1987 o Presidente José Sarney anunciou que o Brasil havia dominado o ciclo nuclear completo. Em paralelo, havia o temor da sociedade internacional em torno do fato de que Brasília desejava construir um arsenal nuclear. A revelação em 1986 de um fosso cavado na Serra do Cachimbo, no estado do Pará, poderia ser um indício de que os militares brasileiros preparavam um teste nuclear subterrâneo. Em 1990 o Presidente Fernando Collor de Mello ordenou a destruição e desativamento do fosso.

Para Lohbauer (2000: 57-58), durante o governo Geisel o Brasil tentou estabelecer uma aliança especial com a RFA, como forma de contrabalançar a influência e preponderância dos Estados Unidos nas relações internacionais do Brasil. O acordo nuclear seria um dos principais instrumentos para garantir a independência energética e tecnológica do Brasil – uma maneira de afirmar a prosperidade e a grandiosidade do Brasil. A decisão alemã de transferir essa tecnologia estava atrelada estritamente aos interesses comerciais de Bonn e das empresas envolvidas.

A despeito da pressão estadunidense, o acordo foi adiante, mas nos anos 1980 passou por crescentes dificuldades, devido à precária situação econômica a qual o Brasil enfrentava, de modo que a construção das usinas de Angra II e Angra III foram continuamente adiadas. Por seu lado, a RFA esteve mais alinhada aos interesses estadunidense, o que contribuiu para um maior distanciamento do Brasil. Em 1979 o governo militar brasileiro iniciou o programa nuclear paralelo, o que contribuiu para a perda de interesse no acordo nuclear com a RFA. Esse programa paralelo sob o comando dos militares brasileiro e imune a qualquer controle internacional era de conhecimento do governo alemão desde 1982, o que fez com que partidos como o SPD⁴⁴ e o Partido Verde pressionassem para que o acordo com o Brasil fosse cancelado. Independentemente disso, o governo alemão prorrogou o acordo em 1989 e novamente em 1994, mas com modificações (LOHBAUER, 2000: p. 146-151).

Em 1990 uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) descobriu que a Força Aérea Brasileira (FAB) havia desenvolvido dois dispositivos que comportavam ogivas nucleares, um de 20 a 30 Kilotons e outro de 12 Kilotons. O governo militar também havia transferido urânio para o Iraque e o Irã no início dos anos 1980. Em 19 de junho de 1990 Brasil e Argentina criaram a Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle (ABACC) para verificar as instalações nucleares de ambos os países e subsequentemente foi firmado um acordo quadripartite (Brasil-Argentina-ABACC-AIEA) com a AIEA para a aplicação de salvaguardas completas em ambos os países. Em 1994, o Congresso brasileiro ratificou o Tratado de Tlatelolco, em 1996 o Brasil juntou-se ao *Nuclear Suppliers Group* (NSG) e em 1998 assinou e ratificou o TNP e o CTBT. Desse modo, o Brasil assumiu quase que plenamente o regime de não proliferação nuclear (FELDMAN, 2006).

Conclusão

Pode-se concluir que as relações Brasil-Estados Unidos durante o governo Ford, no que tange à questão nuclear, foram turbulentas, tendência que se agravaria durante o governo Carter. Inicialmente o governo Ford seguiu a orientação que vinha sendo adotada

pelo governo Nixon, na qual os Estados Unidos tinham uma postura mais branda sobre a proliferação nuclear. Não se considerava uma estratégia eficiente que Washington pressionasse outros países sobre seus programas nucleares. O teste nuclear indiano de 18 de maio de 1974 veio a alterar esse quadro, bem como o acordo nuclear Brasil-RFA em 27 de junho de 1975. A crescente pressão no Congresso e entre a opinião pública forçava o executivo estadunidense a dar uma resposta mais firme a essas ameaças (ao menos como era vista pelos seus críticos) a não proliferação nuclear. No ano de 1976, à medida que a eleição presidencial se aproximava, Ford e Kissinger adotaram uma postura mais firme e combativa sobre a proliferação nuclear e exigiram mais salvaguardas ao acordo Brasil-RFA, tentando até mesmo embargá-lo; antecipando a postura que se veria com Jimmy Carter na presidência.

Nos anos 1970, o tema da proliferação nuclear tornou-se nevrálgico na Política Externa estadunidense e permaneceu assim até os dias de hoje. Entretanto, os países alvos da política de não proliferação de Washington são, não por coincidência, antagônicos aos Estados Unidos. Israel, que inegavelmente possui armas nucleares e não é signatário do TNP, é um aliado estadunidense de longa data. A partir do momento em que a posse de armas nucleares se torna um *fait accompli*, a comunidade internacional precisa se acomodar com o novo país detentor dessa tecnologia. O Brasil é um caso bem sucedido de país que desenvolvia um programa nuclear secreto e suspeito e veio a integrar-se no regime de não proliferação internacional.

No caso brasileiro, a pressão estadunidense pode ter contribuído decisivamente para a decisão de iniciar o programa nuclear paralelo em 1979; ao passo que a decisão posterior de aderir ao TNP e a outros mecanismos de não proliferação está ligada a volta da democracia e a uma decisão interna do governo brasileiro. Não obstante, não se pode classificar como inúteis os esforços internacionais para se combater a proliferação nuclear. O regime de não proliferação nuclear é um mecanismo operante, mas que tem suas limitações.

(Recebido para publicação em janeiro de 2015)

(Reapresentado em maio de 2015)

(Aprovado para publicação em maio 2015)

Cite este artigo

PEROSA JUNIOR, Edson. A política estadunidense de não proliferação nuclear e o governo Geisel: as origens do programa nuclear paralelo.

Revista Estudos Políticos: a publicação eletrônica semestral do Laboratório de Estudos Hum(e)anos (UFF). Rio de Janeiro, Vol.6, N.2, pp.522 – 545, setembro 2016. Disponível em: <http://revistaestudospoliticos.com/>.

Notas

1. O Brasil participou da Força de Paz Interamericana na República Dominicana, porque os militares brasileiros percebiam que os riscos eram baixos e os ganhos altos; o que propiciava maior estreitamento dos laços com os EUA, experiência para as Forças Armadas e “grandeza” nacional (DAVIS, 1996: p. 194).

2. Posteriormente, Azeredo da Silveira foi escolhido por Geisel para ser Ministro das Relações Exteriores. Sua nomeação foi polêmica, pois a ala mais linha dura do regime militar considerava que o diplomata seria um esquerdista". 541
3. Rio de Janeiro para Departamento de Estado, 10 Jan 1974, NARA, 1974RIODE00119. Disponível em: <<http://aad.archives.gov/aad/createpdf?rid=9023&dt=2474&dl=1345>> Acesso em 12/07/2014.
4. Esse diplomata foi o primeiro presidente na NUCLEBRÁS, entre os anos 1975 e 1983, personagem de crucial importância para compreendermos as intenções nucleares do governo brasileiro naquele momento. Foi um dos principais negociadores do acordo nuclear com a RFA em 1975.
5. Brasília para Departamento de Estado, 06 Ago 1974, NARA, 1974BRASIL5929. Disponível em: <<http://aad.archives.gov/aad/createpdf?rid=124641&dt=2474&dl=1345>> Acesso em 16/08/2014.
6. Brasília para Departamento de Estado, 07 Ago 1974, NARA, 1074BRASIL5972. Disponível em: <<http://aad.archives.gov/aad/createpdf?rid=124647&dt=2474&dl=1345>> Acesso em 16/08/2014.
7. Brasília para Departamento de Estado, 14 Ago 1974, NARA, 1974BRASIL06115. Disponível em: <<http://aad.archives.gov/aad/createpdf?rid=122816&dt=2474&dl=1345>> Acesso em 16/08/2014.
8. Brasília para Departamento de Estado, 01 Out 1974, NARA, 1974BRASIL07476. Disponível em: <<http://aad.archives.gov/aad/createpdf?rid=159887&dt=2474&dl=1345>> Acesso em 26/08/2014.
9. Departamento de Estado para Brasília, 18 Out 1974, NARA, 1974STATE229732. Disponível em: <<http://aad.archives.gov/aad/createpdf?rid=150410&dt=2474&dl=1345>> Acesso em 26/08/2014.
10. Shigeaki Ueki (1935-) foi Ministro de Minas e Energia do Governo Geisel e posteriormente presidente da Petrobrás. Na documentação do Departamento de Estado ele é identificado como um dos principais defensores do acordo nuclear com a Alemanha Ocidental.
11. Brasília para Departamento de Estado, 26 Out 1974, NARA, 1974BRASIL08161. Disponível em: <<http://aad.archives.gov/aad/createpdf?rid=168856&dt=2474&dl=1345>> Acesso em 28/08/2014.
12. Brasília para Departamento de Estado, 14 Nov 1974, NARA, 1974BRASIL08624. Disponível em: <<http://aad.archives.gov/aad/createpdf?rid=186585&dt=2474&dl=1345>> Acesso em 28/08/2014.
13. A Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) foi criada em 1956 com a função de patrocinar e regular o desenvolvimento de energia nuclear no Brasil. Disponível em: <<http://world-nuclear.org/info/Country-Profiles/Countries-A-F/Brazil/#.UgrrxZLVB64>> Acesso em 29/08/2014.
14. Rio de Janeiro para Departamento de Estado, 25 Nov 1974, NARA, 1974RIODE0438. Disponível em: <<http://aad.archives.gov/aad/createpdf?rid=186865&dt=2474&dl=1345>> Acesso em 28/08/2014.

15. Brasília para Departamento de Estado, 17 Dez 1974, NARA, 1974BRASIL09400. Disponível em: <<http://aad.archives.gov/aad/createpdf?rid=200371&dt=2474&dl=1345>> Acesso em 29/08/2014. 542
16. Brasília para Departamento de Estado, 14 Fev 1975, NARA, 1975BRASIL01142. Disponível em: <<http://aad.archives.gov/aad/createpdf?rid=34167&dt=2476&dl=1345>> Acesso em 30/08/2014.
17. Departamento de Estado para Bonn, 24 Mar 1975, NARA, 1975STATE066020. Disponível em: <<http://aad.archives.gov/aad/createpdf?rid=47547&dt=2476&dl=1345>> Acesso em 30/08/2014 (tradução livre).
18. Departamento de Estado para Bonn, 27 Mar 1975, NARA, 1975STATE069772. Disponível em: <<http://aad.archives.gov/aad/createpdf?rid=47389&dt=2476&dl=1345>> Acesso em 29/08/2014 (tradução livre).
19. Departamento de Estado para Bonn, 01 Abr 1975, NARA, 1975STATE073723. Disponível em: <<http://aad.archives.gov/aad/createpdf?rid=68787&dt=2476&dl=1345>> Acesso em 01/09/2014.
20. Bonn para Departamento de Estado, 05 Jun 1975, NARA, 1975BONN09076. Disponível em: <<http://aad.archives.gov/aad/createpdf?rid=98446&dt=2476&dl=1345>> Acesso em 01/09/2014.
21. Cooperação nuclear Brasil-RFA: debate no Senado americano, urgentíssimo, AAS MRE pn, 1975.06.09, CPDOC/FGV. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=Acervo_AAS&PagFis=100> Acesso em 15/09/2014
22. Cooperação nuclear Brasil-República Federal da Alemanha, urgentíssimo, AAS MRE pn, 1975.06.09, CPDOC/FGV. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=Acervo_AAS&PagFis=125> Acesso em 15/09/2014
23. Brasília para Departamento de Estado, 17 Jun 1975, NARA, 1975BRASIL04843. Disponível em: <<http://aad.archives.gov/aad/createpdf?rid=95824&dt=2476&dl=1345>> Acesso em 01/09/2014.
24. Departamento de Estado para Brasília, 20 Jun 1975, NARA, 1975STATE146237. Disponível em: <<http://aad.archives.gov/aad/createpdf?rid=107957&dt=2476&dl=1345>> Acesso em 02/09/2014.
25. Brasília para Departamento de Estado, 21 Jun 1975, NARA, 1975BRASIL95962. Disponível em: <<http://aad.archives.gov/aad/createpdf?rid=94613&dt=2476&dl=1345>> Acesso em 03/09/2014.
26. Departamento de Estado para Vienna, 11 Jul 1975, NARA, 1975STATE163868. Disponível em: <<http://aad.archives.gov/aad/createpdf?rid=125675&dt=2476&dl=1345>> Acesso em 03/09/2014.
27. Departamento de Estado para Brasília, 17 Jul 1975, NARA, 1975BRASIL05879. Disponível em: <<http://aad.archives.gov/aad/createpdf?rid=111222&dt=2476&dl=1345>> Acesso em 05/09/2014.
28. Text of Letter Received Telegraphically at the American Embassy on June 20 1975, AAS MRE pn, CPDOC/FGV. Disponível em: http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=Acervo_AAS&PagFis=25248> Acesso em 16/09/2014.

29. Brasília para Departamento de Estado, 20 Set 1975, NARA, 1975BRASIL08267. Disponível em: <<http://aad.archives.gov/aad/createpdf?rid=151083&dt=2476&dl=1345>> Acesso em 05/09/2014 (tradução livre). 543
30. Departamento de Estado para Brasília, 24 Nov 1975, NARA, 1975STATE268479. Disponível em: <<http://aad.archives.gov/aad/createpdf?rid=204888&dt=2476&dl=1345>> Acesso em 06/09/2014.
31. Departamento de Estado para Brasília, 24 Nov 1975, NARA, 1975STATE277689. Disponível em: <<http://aad.archives.gov/aad/createpdf?rid=204877&dt=2476&dl=1345>> Acesso em 06/09/2014.
32. Brasília para Departamento de Estado, 07 Jan 1976, NARA, 1976BRASIL00111. Disponível em: <<http://aad.archives.gov/aad/createpdf?rid=276129&dt=2082&dl=1345>> Acesso em 07/09/2014.
33. Brasília para Departamento de Estado, 20 Jan 1976, NARA, 1976BRASIL00051. Disponível em: <<http://aad.archives.gov/aad/createpdf?rid=167125&dt=2082&dl=1345>> Acesso em 07/09/2014 (tradução livre).
34. Brasília para Departamento de Estado, 30 Jan 1976, NARA, 1976BRASIL00842. Disponível em: <<http://aad.archives.gov/aad/createpdf?rid=111792&dt=2082&dl=1345>> Acesso em 07/09/2014.
35. Departamento de Estado para Secretario de Estado, 18 Fev 1976, NARA, 1976STATE039078. Disponível em: <<http://aad.archives.gov/aad/createpdf?rid=331179&dt=2082&dl=1345>> Acesso em 09/09/2014.
36. Departamento de Estado para Bonn, 15 Mar 1976, NARA, 1976STATE062723. Disponível em: <<http://aad.archives.gov/aad/createpdf?rid=41409&dt=2082&dl=1345>> Acesso em 09/09/2014.
37. Departamento de Estado para AIEA Vienna, 08 Abr 1976, NARA, 1976STATE081877. Disponível em: <<http://aad.archives.gov/aad/createpdf?rid=50072&dt=2082&dl=1345>> Acesso em 09/09/2014.
38. Brasília para Departamento de Estado, 16 Abr 1976, NARA, 1976BRASIL03311. Disponível em: <<http://aad.archives.gov/aad/createpdf?rid=64603&dt=2082&dl=1345>> Acesso em 09/09/2014.
39. Brasília para Departamento de Estado, 08 Out 1976, NARA, 1976BRASIL08675. Disponível em: <<http://aad.archives.gov/aad/createpdf?rid=264483&dt=2082&dl=1345>> Acesso em 09/09/2014.
40. Departamento de Estado para Brasília, 04 Nov 1976, NARA, 1976STATE271753. Disponível em: <<http://aad.archives.gov/aad/createpdf?rid=305030&dt=2082&dl=1345>> Acesso em 09/09/2014..
41. Brasília para Departamento de Estado, 05 Nov 1976, NARA, 1976BRASIL09309. Disponível em: <<http://aad.archives.gov/aad/createpdf?rid=304979&dt=2082&dl=1345>> Acesso em 10/09/2014..
42. Brasília para Departamento de Estado, 29 Nov 1976, NARA, 1976BRASIL09859. Disponível em: <<http://aad.archives.gov/aad/createpdf?rid=291572&dt=2082&dl=1345>> Acesso em 10/09/2014.

43. Brasília para Departamento de Estado, 08 Dez 1976, NARA, 1976BRASIL10080. Disponível em: <<http://aad.archives.gov/aad/createpdf?rid=328365&dt=2082&dl=1345>> Acesso em 10/09/2014.

544

44. O Partido Social Democrata (SPD, na sigla em alemão) e o Partido Verde eram opositores da União Democrática Cristã (CDU, na sigla em alemão), que estava no poder.

Referências bibliográficas

BARRETO, Fernando de Mello. Os Sucessores do Barão (1964-1985): relações exteriores do Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

CASTRO, Celso; D'ARAÚJO, Maria Celina (Org.). Dossiê Geisel. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2002.

CASTRO, Celso; D'ARAÚJO, Maria Celina. Ernesto Geisel. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1998.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. História da Política Exterior do Brasil. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.

CORRÊA, Fernanda das Graças. O Projeto do Submarino de Propulsão Nuclear na Visão de seus Protagonistas: uma análise histórica de Geisel a Lula (1974-2009). Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado em História Comparada, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.

DAVIS, Sonny. Brotherhood of Arms: Brazil-United States military relations (1945-1977). Niwot: University Press of Colorado, 1996.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo (edusp), 1994.

FELDMAN, Yana. Country Nuclear Strategic Concern: Brazil country profile. In: SIPRI:FirstWatchInternational, 2006.

GASPARI, Elio. A Ditadura Encurralada. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

GREEN, James. Apesar de Vocês: oposição à ditadura brasileira nos Estados Unidos (1964-1985). São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

HIRST, Monica. Brasil-Estados Unidos: desencontros e afinidades. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

LOHBAUER, Christian. Brasil-Alemanha: fases de uma parceria (1924-1999). São Paulo: Edusp, 2000.

PATTI, Carlo. Brazil in Global Nuclear Order. Florença: Tese de Doutorado em História das Relações Internacionais, Universidade de Firenze, 2012.

SKIDMORE, Thomas. The Politics of Military Rule in Brazil: 1964-1985. New York: Oxford University Press, 1988)

SPEKTOR, Matias. Azeredo da Silveira: um depoimento. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2010.

SPEKTOR, Matias. Kissinger e o Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 2009. 545

SPEKTOR, Matias. "Origens e Direção do Pragmatismo Ecumênico e Responsável (1974-1979)". In: Revista Brasileira de Política Internacional, Vol. 47, No. 2, p. 191-222, 2004

TEIXEIRA DA SILVA, Francisco C.; MUNHOZ, Sidnei (Org.). Relações Brasil-Estados Unidos: séculos XX e XXI. Maringá: EDUEM, 2011.

Fontes documentais

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea (CPDOC-FGV). Série MRE – Ministério das Relações Exteriores, Arquivo Antonio Azeredo da Silveira (AAS), AAS mrepn 1975.04.45. Acesso em 22/10/2014. Disponível em: <<http://www.docvirt.no-ip.com/asp/fgv.asp?pesq=AAS%20mre%20pn%201975.04.25>>.

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea (CPDOC-FGV). Série MRE – Ministério das Relações Exteriores, Arquivo Antonio Azeredo da Silveira (AAS), AAS mrebe1975.02.03. Acesso em 22/10/2014. Disponível em: <http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=Acervo_AAS&pasta=AAS%20mre%20be%201975.02.03>.

National Archives and Records Administration (NARA). Access to Archival Databases (AAD). Acesso em 22/10/2014. Disponível em: <<http://aad.archives.gov/aad/>>.